

| Unidades curriculares | Tipo | Escolaridade (em horas semanais) | | | |
|---|-----------------|----------------------------------|------------------------|----------------|-----------------------|
| | | Aulas teóricas | Aulas teórico-práticas | Aulas práticas | Seminários e estágios |
| Sociedade e Ambiente | Semestral | 3 | | | |
| Planeamento e Controlo da Gestão | Semestral | | 4 | | |
| Marketing Turístico I | Semestral | | 4 | | |
| Gestão Hoteleira II | Semestral | | 4 | | |
| Ordenamento do Espaço Turístico | Semestral | | 3 | | |
| Legislação Turística e Comunitária II | Semestral | | 4 | | |
| Opção (*) | Semestral | | 4 | | |

QUADRO N.º 4

4.º ano

| Unidades curriculares | Tipo | Escolaridade (em horas semanais) | | | |
|--|-----------------|----------------------------------|------------------------|----------------|-----------------------|
| | | Aulas teóricas | Aulas teórico-práticas | Aulas práticas | Seminários e estágios |
| Planeamento do Desenvolvimento Turístico | Anual | | 3 | | |
| Organização Política e Administrativa do Turismo | Semestral | | 4 | | |
| Marketing Turístico II | Semestral | | 4 | | |
| Gestão Financeira | Semestral | | 4 | | |
| Geografia Turística do Espaço Lusófono | Semestral | | 4 | | |
| Economia do Turismo II | Semestral | | 4 | | |
| Planeamento Regional | Semestral | | 4 | | |
| Psicologia Social do Turismo | Semestral | | 3 | | |
| Elaboração e Análise do Projecto | Semestral | | 4 | | |
| Opção (*) | Semestral | | 4 | | |

(*) Uma unidade curricular a escolher de um elenco a fixar anualmente pelo órgão legal e estatutariamente competente da Universidade.

Duração mínima do ano: 30 semanas lectivas efectivas.

Duração mínima do semestre: 15 semanas lectivas efectivas.

Portaria n.º 618/98

de 26 de Agosto

A requerimento do Instituto Piaget — Cooperativa para o Desenvolvimento Humano, Integral e Ecológico, C. R. L., entidade instituidora do Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares — Almada, reconhecido como de interesse público, ao abrigo do disposto no Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/94, de 22 de Janeiro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 37/94, de 11 de Novembro, pelo Decreto-Lei n.º 210/96, de 18 de Novembro;

Instruído, organizado e apreciado o processo nos termos dos artigos 57.º e 59.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/94, de 22 de Janeiro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 37/94, de 11 de Novembro;

Colhido o parecer da comissão de especialistas a que se refere o n.º 3 do artigo 52.º do Estatuto;

Ao abrigo do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 28-B/96, de 4 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 75/97, de 3 de Abril, e no artigo 64.º do referido Estatuto:

Manda o Governo, pelo Ministro da Educação, o seguinte:

1.º

Autorização de funcionamento

É autorizado o funcionamento do curso de Informática de Gestão no Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares — Almada, nas instalações que estejam autorizadas nos termos da lei.

2.º

Número máximo de alunos

1 — A frequência global do curso não pode exceder 500 alunos.

2 — O número de novos alunos a admitir anualmente não pode exceder 100.

3.º

Plano de estudos

É aprovado o plano de estudos do curso, nos termos do anexo à presente portaria.

4.º

Grau

A conclusão com aproveitamento de todas as unidades curriculares que integram o plano de estudos do curso confere direito à atribuição do grau de licenciado.

5.º

Início de funcionamento do curso

O curso começa a funcionar a partir do ano lectivo de 1998-1999, inclusive, um ano curricular em cada ano lectivo.

6.º

Condições de acesso

As condições de acesso ao curso são as fixadas nos termos da lei.

7.º

Condicionamento

A autorização e o reconhecimento operados pelo presente diploma não prejudicam, sob pena de revogação do mesmo, a obrigação dos órgãos responsáveis da entidade instituidora e do estabelecimento de ensino de cumprimento de eventuais adaptações ou correções que sejam determinadas pelo Ministério da Educação, quer por não cumprimento dos pressupostos de autorização e reconhecimento, quer em consequência das acções previstas no artigo 75.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo.

8.º

Vagas para 1998-1999

O número de vagas para a candidatura à matrícula e inscrição no ano lectivo de 1998-1999 é fixado em 60.

Ministério da Educação.

Assinada em 7 de Agosto de 1998.

Pelo Ministro da Educação, *Alfredo Jorge Silva*, Secretário de Estado do Ensino Superior.

ANEXO**Instituto Superior de Estudos Interculturais e Transdisciplinares — Almada****Curso: Informática de Gestão**

Grau: licenciado

| Unidades curriculares | Tipo | Carga horária total | | |
|---|--------------------|---------------------|----------------|------------------------|
| | | Aulas teóricas | Aulas práticas | Aulas teórico-práticas |
| 1.º ano | | | | |
| Língua Estrangeira | Anual | — | 60 | — |
| Análise Matemática I | 1.º semestre | 60 | — | — |
| Álgebra Linear e Geometria Analítica | 1.º semestre | 70 | — | — |
| História e Cultura dos Povos Europeus | 1.º semestre | 50 | — | — |
| Física | 1.º semestre | — | — | 50 |
| Electricidade Básica | 1.º semestre | — | — | 50 |
| Análise Matemática II | 2.º semestre | 70 | — | — |
| Introdução à Electrónica | 2.º semestre | — | — | 50 |
| Introdução aos Sistemas Digitais | 2.º semestre | 50 | — | — |
| Probabilidades e Estatística | 2.º semestre | 50 | — | — |
| Eco-Antropologia e Evolução Cultural | 2.º semestre | 50 | — | — |
| 2.º ano | | | | |
| Programação I | Anual | — | — | 100 |
| Electrónica | Anual | — | — | 100 |
| Análise Numérica | 1.º semestre | — | — | 50 |
| Econometria | 1.º semestre | 50 | — | — |
| Sistemas Digitais | 1.º semestre | — | — | 50 |
| Epistemologia da Economia e Sistemas das Ciências Sociais | 1.º semestre | — | — | 50 |
| Investigação Operacional | 2.º semestre | 50 | — | — |
| Electrónica Digital | 2.º semestre | 50 | — | — |
| Introdução à Economia | 2.º semestre | 60 | — | — |
| Geografia Económica e Política | 2.º semestre | 50 | — | — |
| Introdução ao Direito | 2.º semestre | 50 | — | — |
| Administração Pública | 2.º semestre | 50 | — | — |
| Trabalho de Campo e Estágio I | 2.º semestre | — | 50 | — |
| 3.º ano | | | | |
| Contabilidade Geral | Anual | — | — | 60 |
| Microprocessadores | Anual | — | — | 100 |
| Programação II | Anual | — | — | 100 |
| Economia da Empresa | 1.º semestre | 50 | — | — |
| Empresa e Meio Ambiente | 1.º semestre | 50 | — | — |
| Direito Comercial | 1.º semestre | 50 | — | — |
| Fiscalidade | 2.º semestre | 50 | — | — |
| Fundamentos das Telecomunicações | 2.º semestre | 50 | — | — |
| Gestão Financeira | 2.º semestre | — | — | 60 |
| Gestão de Recursos Humanos | 2.º semestre | 50 | — | — |
| Trabalho de Campo e Estágio II | 2.º semestre | — | 60 | — |
| 4.º ano | | | | |
| Economia e Gestão de Produção | Anual | 100 | — | — |
| Desenvolvimento Local e Regional | Anual | 70 | — | — |
| Gestão Financeira | Anual | — | — | 80 |
| Marketing | Anual | — | — | 100 |
| Arquitectura de Computadores | Anual | — | — | 100 |

| Unidades curriculares | Tipo | Carga horária total | | |
|--|--------------------|---------------------|----------------|------------------------|
| | | Aulas teóricas | Aulas práticas | Aulas teórico-práticas |
| Trabalho de Campo e Estágio III | Anual | - | 150 | - |
| Contabilidade Analítica | 1.º semestre | 70 | - | - |
| Psicossociologia das Organizações | 1.º semestre | - | - | 50 |
| 5.º ano | | | | |
| Bases de Dados | Anual | 100 | - | - |
| Introdução à Inteligência Artificial | Anual | 70 | - | - |
| Engenharia de Software e Qualidade | Anual | - | - | 80 |
| Infra-Estruturas de Informática e Telecomunicações | Anual | - | - | 100 |
| Criação de Empresas | Anual | - | - | 100 |
| Projecto Sócio-Profissional, Estágio e Monografia | Anual | - | 150 | - |
| Processamento de Imagem | 1.º semestre | 70 | - | - |
| Redes de Computadores Telecomunicações | 1.º semestre | - | - | 50 |

Portaria n.º 619/98

de 26 de Agosto

A requerimento do Instituto Superior de Línguas e Administração — ISLA, S. A., entidade instituidora do Instituto Superior de Línguas e Administração de Vila Nova de Gaia, reconhecido oficialmente, ao abrigo do disposto no Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo (Decreto-Lei n.º 271/89, de 19 de Agosto), pela Portaria n.º 791/89, de 8 de Setembro;

Instruído, organizado e apreciado o processo nos termos dos artigos 57.º e 59.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/94, de 22 de Janeiro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 37/94, de 11 de Novembro;

Colhido o parecer da comissão de especialistas a que se refere o n.º 3 do artigo 52.º do Estatuto;

Ao abrigo do disposto no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 28-B/96, de 4 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 75/97, de 3 de Abril, e no artigo 64.º do referido Estatuto:

Manda o Governo, pelo Ministro da Educação, o seguinte:

1.º

Autorização de funcionamento

É autorizado o funcionamento do curso de Comunicação no Instituto Superior de Línguas e Administração de Vila Nova de Gaia, nas instalações que estejam autorizadas nos termos da lei.

2.º

Ramos

O curso desdobra-se nos ramos de:

- a) Comunicação Empresarial;
- b) Comunicação Social.

3.º

Número máximo de alunos

1 — A frequência global do curso não pode exceder 200 alunos.

2 — O número de novos alunos a admitir anualmente não pode exceder 50.

4.º

Plano de estudos

É aprovado o plano de estudos do curso, nos termos do anexo à presente portaria.

5.º

Grau

A conclusão com aproveitamento de todas as unidades curriculares que integram o plano de estudos do curso confere direito à atribuição do grau de licenciado.

6.º

Início de funcionamento do curso

O curso começa a funcionar a partir do ano lectivo de 1998-1999, inclusive, um ano curricular em cada ano lectivo.

7.º

Condições de acesso

As condições de acesso ao curso são as fixadas nos termos da lei.

8.º

Condicionamento

A autorização e o reconhecimento operados pelo presente diploma não prejudicam, sob pena de revogação do mesmo, a obrigação dos órgãos responsáveis da entidade instituidora e do estabelecimento de ensino de cumprimento de eventuais adaptações ou correcções que sejam determinadas pelo Ministério da Educação, quer por não cumprimento dos pressupostos de autorização e reconhecimento, quer em consequência das ações previstas no artigo 75.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo.

9.º

Vagas para 1998-1999

O número de vagas para a candidatura à matrícula e inscrição no ano lectivo de 1998-1999 é fixado em 40.

Ministério da Educação.

Assinada em 7 de Agosto de 1998.

Pelo Ministro da Educação, *Alfredo Jorge Silva*, Secretário de Estado do Ensino Superior.